



N.º 6

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
EFECTUADA NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE
2006**

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, reuniu, pelas vinte horas e treze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1. Tomada de posse de membros do Conselho Municipal de Segurança;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;**
- 3. Deliberação sobre as propostas da CME relativas às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007;**
- 4. Deliberação sobre a proposta da CME para a contratação de empréstimos de longo prazo para habitação social;**
- 5. Deliberação sobre a proposta da CME para alteração ao Art.º 25º, secção V-A, do Regulamento Municipal de Atribuição de Lotes (RMAL);**
- 6. Deliberação sobre uma rectificação à lista de candidatos ao cargo de Juiz Social, proposta pela CME;**
- 7. Deliberação sobre a proposta da Mesa da AME relativa à delegação na Mesa de competências da Assembleias Municipal referentes à posse de Membros de Órgãos Consultivos Municipais.**

A Mesa esteve constituída por:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

Verificada a ausência do **2º Secretário**, Sr. João Luís Latas Lázaro, o Sr. **Presidente** solicitou que fosse proposto um nome para o substituir, tendo o Presidente do Grupo Municipal do PS proposto o Sr. **Agostinho Manuel Asper Banha**. Posto este nome à consideração do plenário, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Feita a chamada, registaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Dias Fernandes, Rui Rosado, José Russo, José Palma Rita, Mafalda Troncho, Jorge Lourido, Paula de Deus, M.ª Augusta Pereira, Francisco Chalaça, Celino Silva, Francisco Pândega (em substituição de Nuno Lino), Nuno Leão, António Murteira, Elsa Lopes, Eduardo Luciano, José Simão, António Ramos, Carlos Grácio (em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

substituição de Luís Pasadas), Jorge Gil, José Mateus, M.^a Margarida Fernandes, Baltazar Damas, Fernando Nunes, Jerónimo José (em substituição de Silvino Costa), Francisco Palaio (em substituição de Jerónimo Mendes), José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Galão, M.^a Gertrudes Lino (em substituição de Felisberto Bravo), António Maduro e José Calado.

Faltaram os(as) Senhores(as): José Cardoso, Ana Maria Silva, Isidro Lobo, António Metrogos e João Rodrigues.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos(as) Vereadores(as) Manuel Melgão, João Andrade Santos, António Dieb, José Barradas e Jesuína Pedreira.

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** recordou que o 1º ponto da ordem de trabalhos estava destinado à tomada de posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança que, por razões justificadas, não puderam estar presentes no acto formal ocorrido no dia **17.06.06**, tendo sugerido, para conferir maior eficácia à reunião, que a posse tivesse lugar de imediato, coisa que foi plenamente aceite pelo colectivo. Assim, tomaram posse, ao abrigo da Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, e do art.º 14º do respectivo Regulamento, os seguintes elementos do **Conselho Municipal de Segurança de Évora**:

- **O Presidente da Junta de Freguesia da Sra. da Saúde**
Sr. Fernando Manuel Morgadinho Nunes
- **O Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião da Giesteira**
Sr. António Joaquim Pereira Maduro
- **O Presidente da Junta de Freguesia do Bacelo**
Dr. José Manuel Mateus
- **A Representante da Associação de Agricultores do Distrito de Évora**
Eng.^a Ana Paula Manso Canas Teigão
- **O Representante da Associação Comercial do Distrito de Évora**
Sr. Gaudêncio Joaquim Fonseca Cabral
- **O Representante do Instituto da Droga e da Toxicoddependência de Évora**
Dr. João Almeida
- **O Representante dos Bombeiros Voluntários de Évora**
Comandante Almiro Farelo Martins
- **O Representante da Polícia de Segurança Pública – PSP**
Intendente José Ferreira de Oliveira
- **O Representante da Guarda Nacional Republicana (Destacamento Territorial de Évora) – GNR**
Capitão Rogério Paulo Magro Copeto
- **O Representante da Relação de Évora/Procuradoria-Geral Distrital**
Dr. Edmundo Francisco Gonçalves
- **Um dos dez cidadãos designados pela Assembleia Municipal**
Sr. José Teixeira

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



A propósito do acto que acabara de ocorrer, o Sr. **Presidente** comunicou que tivera oportunidade de enviar aos líderes das forças políticas com assento neste Órgão uma proposta da Mesa visando a introdução de um novo ponto nesta ordem de trabalhos, tendo-lhes depois inquirido se a aceitavam ou não, os quais responderam afirmativamente. Assim, o Sr. **Presidente** passou a explicar o sentido da proposta: *“Há diversos Conselhos que tomam posse perante a Assembleia Municipal, segundo a lei, só que nem todas as pessoas comparecem ao primeiro acto de posse e como a este Órgão só reúne, ordinariamente, de dois em dois meses, prolonga-se a constituição dos órgãos por tempo excessivo, pelo que propomos que o acto de posse ocorra sempre perante a AME, mas que se delegue na Mesa os poderes para dar posse, em data posterior, às entidades que faltem ao mesmo, devendo-se aditar a esta Ordem do Dia um 7º ponto com a seguinte redacção: «Deliberação sobre a proposta da Mesa da AME relativa à delegação na Mesa de competências da Assembleia Municipal referentes à posse de Membros de Órgãos Consultivos Municipais»*. Colocada a proposta em apreço à votação, foi a dita aprovada por unanimidade.

Posteriormente, o Sr. **Presidente** fez alusão às listagens da correspondência recebida no Secretariado da AME, uma enviada com a convocatória e outra acabada de ser distribuída, falando seguidamente nas actas. Neste contexto, lembrou que na derradeira sessão fora aprovado, condicionalmente, o projecto de acta da reunião de **17 de Junho de 2006**, uma vez que foram apresentadas diversas objecções, tendo depois perguntado ao plenário se o documento estava correctamente corrigido, não se tendo ninguém pronunciado nesse sentido, pelo que considerou reconfirmada a aprovação anterior.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROJECTO DE ACTA

De imediato, o Sr. **Presidente** pôs à ponderação do colectivo o projecto de acta da sessão de **30 de Setembro de 2006**. Como ninguém se pronunciou sobre o documento, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, que foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor e seis abstenções.

Em continuação dos trabalhos, o Sr. **Presidente** deu a conhecer que entrara na Mesas duas moções, as quais foram numeradas por ordem de chegada, tendo convidado o 1º subscritor do documento n.º 1, que tem como título **«Orçamento do Estado (OE) para 2007 e o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)»**, que o apresentasse.

O Sr. **Abílio Fernandes** teceu os comentários que se passam a relatar: *“O OGE para 2007 é caracterizado por uma subordinação ao défice orçamental e vai provocar fortes restrições no investimento público, o qual não vai corresponder à dinâmica de desenvolvimento económico do nosso país, mas apenas à regularização das contas públicas. O que nos preocupa é a parte dos investimentos, ou seja, a área do PIDDAC, que deveria debelar as assimetrias que existem entre o interior e o litoral, mas que ainda as aumenta mais, tanto assim que o distrito de Évora, que dispôs de 106 milhões de € em 2006, terá apenas 82 milhões de €.*
No nosso município, nós vemos que o Museu de Évora tem já compromissos assumidos e não tem dinheiro para pagar.



Não aparece qualquer centro de saúde no distrito de Évora, a não ser o que está em construção (o de Viana do Alentejo).

Para o Hospital local, apesar de tantas promessas, não há nada no PIDDAC.

Não foi contemplada a realização das obras do IP2, cuja situação está a provocar o congestionamento da circulação interna na cidade Património Mundial.

A Via de Cintura é a resolução mais urgente que a nossa cidade tem para o seu trânsito.

Portanto, sendo Évora um município com potencialidades enormes para contribuir para o desenvolvimento da região e do país, não podia deixar de ser contemplado com verbas para a solução destes problemas prementes e que estão a obstruir o seu progresso. Por essa razão, a proposta que nós fazemos é de repúdio e de inquietação pela aprovação dum PIDDAC que deixa este concelho numa situação de paralisação”. A moção fica anexa a esta acta.

Posteriormente, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra ao Sr. **Francisco Chalaça**, que asseverou: *“Recordo que 50% do PIDDAC é regionalizável e que a outra metade não. Todos nós sabemos que há projectos importantes que estão a correr no distrito que têm cobertura na parte não regionalizável, pelo que me parece o Sr. está a omitir a realidade. Por exemplo, onde é que estão, nas suas contas, as despesas que vão ser efectuadas com o perímetro de regra de S. Manços e com a adução ao Monte Novo?*

No que se reporta ao IP2, como se sabe, não está excluída a conclusão de uma fracção da obra, porque se for ao OGE perceberá, na parte não regionalizável, que estão lá verbas consideráveis. Todos nós entendemos o contexto de dificuldades em que foi aprovado o Orçamento de Estado, mas, apesar de tudo, o distrito de Évora subiu no «ranking» do PIDDAC, passando de 10º para 8º lugar. Portanto, dado que o que nos está a ser proposto não corresponde à verdade, obviamente que não poderemos votar favoravelmente”.

Por sua vez, o Sr. **Rui Rosado** declarou que o processo do novo Hospital Regional não estava parado, tanto assim que constava da lista das prioridades do Governo e em boa posição.

Findo este derradeiro depoimento, o Sr. **Presidente** pôs a moção à votação, a qual foi rejeitada por maioria, com vinte e dois votos contra (do PS) e doze votos a favor (nove da CDU e três do PSD).

O Sr. **Presidente** passou depois para o documento n.º 2, que tem como título «**Proposta de Recomendação à Câmara Municipal de Évora**», tendo solicitado ao seu primeiro signatário que o apresentasse.

O Sr. **Nuno Leão** leu a proposta na totalidade, ficando a mesma apensa a esta acta.

Seguidamente o Sr. **Rui Rosado** opinou que a recomendação não fazia sentido, justificando que a Administração Municipal tem desenvolvido um valioso trabalho ao nível do licenciamento das superfícies comerciais do centro histórico, não deixando de anunciar que a bancada do PS iria votar contra o supra citada.

Adiante, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Palma Rita**, que disse: *“A Câmara Municipal tem o poder de decidir sobre o licenciamento dos espaços comerciais que se instalam intra-muros. Muitas das cidades da Europa, com centros históricos classificados como nós, exercem esse direito. Trata-se de fazer política e não de ir pela legislação nem pelos direitos que as pessoas têm, ou seja, trata-*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

se de dizer o que é adequado ou desadequado para o centro histórico. Aquilo que se está a passar, neste momento, em Évora é vergonhoso e não me parece que seja um bom panorama para o turismo que vem aqui de todo o mundo. O que a bancada do PSD propõe de recomendação é que o Executivo seja mais pro-activo, mais decisivo, que saia dos gabinetes da Praça de Sertório e que vá para a rua à procura de investidores, tal como acontece em Vila Franca de Xira, onde existem Gabinetes Municipais do Investidor, criados por ex-ministros do PS, que pensam que as cidades modernas devem determinar qual é o tipo de comércio que querem nos seus centros históricos”.

De imediato, o Sr. **Celino Silva** exprimiu: “*Os meus caros colegas do PSD são partidários do livre mercado, da liberalização absoluta e da desregulação completa da actividade económica. Como é que vocês compaginam isso com esta posição? Não percebo!*”

Logo após, o Sr. **Abílio Fernandes** pronunciou: “*Quando se estava em vias de se instalar uma loja de roupas no Café Arcada, nós tomámos a iniciativa de contactar com empresários do ramo hoteleiro e da restauração, cuja sensibilização acabou por resultar na continuação do sector”.*

Como mais ninguém desejou intervir, o Sr. **Presidente** colocou o documento n.º 2 à votação, que também foi reprovado por maioria, com vinte e dois votos contra (vinte e um do PS e um da CDU), nove votos a favor (seis da CDU e três do PSD) e três abstenções (dois da CDU e um do PS).

Prosseguindo com a sessão, o Sr. Presidente facultou a utilização da palavra ao Sr. **Rui Rosado**, que disse: “*Quero relevar a qualificação rodoviária que foi recentemente executada, com a implementação do «inter-cidades», que traz um melhor serviço de transporte para os utentes, mais celeridade e conforto, voltando a ser atraente andar de comboio entre Évora e Lisboa, e vice-versa. Outra situação que merece destaque, pese embora o diagnóstico feito pelo PSD, de que a saúde está gravemente doente nesta urbe, foi a criação das Unidades de Saúde Familiares, as quais vieram trazer nova dinâmica, energia e funcionalidade ao sistema. Apesar de haver alguma perturbação nestes tempos de mudança e no ordenamento dos utentes, percebe-se que os serviços são bastante bons, a oferta é muito maior e foi dado um passo importante para melhorar a saúde em Évora. Por último, congratulo-me com as obras de restauro do Convento dos Remédios, cujo equipamento cultural prestigia bastante a nossa cidade”.*

Posteriormente falou o Sr. **Palma Rita**, nos termos que se passam a divulgar: “*Segundo informações da imprensa, o desemprego cresceu, entre Outubro de 2001 e Outubro de 2006, no concelho de Évora, 86% nos jovens licenciados e como o Sr. Presidente da Câmara deu a conhecer, através da comunicação social, que a «Fábrica Skylander» iria arrancar no Outono de 2005, eu pergunto em que ano e em que Outono o projecto irá ser começado?*

Por outro lado, corre na cidade de Évora que os brinquedos que foram oferecidos, no almoço de Natal ocorrido no dia 16.12.06, aos filhos dos funcionários da autarquia foram comprados numa loja de chineses desta urbe, pelo que eu peço ao Sr. Presidente da CME que esclareça se isto corresponde à verdade ou não”.

Por seu turno, o Sr. **Jerónimo José** teceu os seguintes comentários: “*Na sequência do testemunho do Sr. Rui Rosado, penso que, dentro das dificuldades económicas do país, a entrada em funcionamento das Unidades Móveis de Saúde, que neste momento cobrem as freguesias, vieram*



simplificar, criar uma maior proximidade e agilizar o sistema numa forma mais eficaz, satisfazendo as populações das mesmas. Julgo que nem tudo é negativo e há aspectos positivos a reter”.

Também sobre a matéria da saúde, o Sr. **António Murteira** declarou que suspeitava que algumas pessoas presentes não se iam tratar ao Hospital do Espírito Santo de Évora, porque senão o Sr. Rui Rosado não teria proferido as palavras que afirmara. A título de exemplo, fez saber que fora submetido a uma intervenção cirúrgica na unidade atrás referida e que no pós-operatório lhe marcaram uma consulta para Novembro/06. Quando chegou ao hospital, transmitiram-lhe que a supra citada passava para 26 de Dezembro/06, tendo recebido, entretanto, uma carta a transferir a mesma para meados de Fevereiro/07, pelo que, na sua opinião, se a operação tivesse corrido mal teria tido graves problemas.

Tal apontamento motivou o Sr. **Rui Rosado** a responder: *“Efectivamente, isso é uma situação que reflecte algumas dificuldades que o hospital apresenta. Esperemos que com a mudança, que se prevê para o próximo ano, da gestão do HESE para uma entidade pública empresarial, as coisas melhorem. De qualquer maneira, deixe-me dizer-lhe que a formação das Unidades de Saúde Familiares é uma grande medida do actual Governo”.*

Mais à frente, reportando-se à última parte da derradeira alocução do Sr. Palma Rita, argumentou: *“Fiquei muito surpreendido com a discriminação que fez aos chineses. Estamos hoje numa economia aberta, com pessoas legalizadas, que não são clandestinas e que são cidadãos de Évora, as quais contribuem, com as suas produções, para o erário público. Portanto, eu estranhei que falasse na questão dos chineses, quase a rasar a xenofobia”.*

Prontamente, o Sr. Presidente concedeu o uso da palavra ao Sr. **José Russo**, que assumiu que havia necessidade de sublinhar as coisas boas, designadamente a implementação do comboio «**inter-cidades**» que, na sua óptica, foi um passo importante.

Ao mesmo tempo, regozijou-se com a inauguração do Convento dos Remédios, considerando uma obra crucial para a vida cultural do concelho, esperando que no futuro mais equipamentos venham a ser criados.

Retorquindo às palavras do Sr. Rui Rosado, a Sra. **M.^a Augusta Pereira** referiu: *“Eu também sou defensora das Unidades de Saúde Familiares, até porque faço parte de uma. Ainda bem que o Sr. R. Rosado fala com entusiasmo das mesmas, mas certamente saberá que este tipo de organização está plasmado no Plano Nacional de Saúde de 2004/10. Agora, espero que as condições de saúde melhorem, porque havia uma lista de espera enorme, apesar de terem saído cinco médicos e entrados outros tantos. Quero só recordar que este tipo de plano foi tentado executar em anterior gestão e não foi possível, curiosamente, graças às medidas contrárias que foram tomadas por alguns directores de serviços do HESE, que agora aceitaram este género de projecto”.*

Em virtude de ter sido interpelado pelo Sr. P. Rita, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. **Presidente da CME** para responder, o qual elucidou: *“Sobre o facto do desemprego ter aumentado em Évora entre Outubro de 2001 e Outubro de 2006, é bom recordar que mais de metade deste tempo foi dirigido, em termos das políticas da promoção do emprego e do desenvolvimento económico, pelo PSD e com responsabilidade particular e pessoal do Sr. P. Rita, que era, então, Director Regional do IEFPP. Tal deveu-se ao abrandamento da economia portuguesa, não só por culpa dos governos do PSD, mas também por causa da crise em que mergulhou a economia*



mundial. De forma que, com as medidas que foram tomadas, atingiu-se o nível de desemprego que estamos ainda hoje a sofrer as consequências. As políticas municipais de promoção do emprego têm um efeito mínimo. Nós, por exemplo, estamos a fazer o maior investimento dos últimos anos com a expansão do Parque Industrial, que se prevê entrar em oferta de lotes no princípio do próximo ano, que vai gerar, naturalmente, a possibilidade de criação de postos de trabalho, sendo por estas vias que qualquer edilidade tem condições para poder ajudar a resolver o problema do desemprego.

Quanto à questão do «Skylander», é bom que se saiba que eu não sou dono do projecto e o investimento não é meu nem da CME. O que os cartazes diziam era que iria haver crescimento de emprego e isso mantenho e sustento. O que eu não pus lá nos ditos foi que o projecto iria arrancar em Outubro de 2005. Se o Sr. quiser ser um pouco mais objectivo, poderá confirmar que no IEFP de Évora se sabe que o projecto «Skylander» está praticamente concluído na sua montagem, estando-se apenas a aguardar a decisão do capital de risco, havendo propostas e acordos celebrados com vista à formação profissional de pessoas de Évora, particularmente jovens, para serem integradas na unidade fabril.

No que se reporta aos brinquedos comprados numa loja de chineses de Évora, isso é completamente falso, dado que foi um grande importador internacional que os forneceu, visto que fez um preço mais barato para a Câmara Municipal. Como nesse almoço havia cerca de 200 crianças com direito a receber prendas e porque queríamos oferecer objectos dignos, isso justificou, na actual situação financeira da autarquia, que escolhêssemos um fornecedor que nos garantia uma melhor relação preço/qualidade”.

Reagindo ao apontamento do orador antecedente, o Sr. **Palma Rita** asseverou: “A nós não nos interessa saber onde a CME compra os brinquedos, mas sim que existe uma razão institucional importante, que é: convém ter conhecimento de qual é o número de postos de trabalho líquidos que são criados, em Évora, por certas loja e quais são os descontos que fazem para a Segurança Social. Se calhar, convinha mais os Senhores comprarem aos cumpridores e saber qual é o impacto na economia local, em termos de criação de emprego, de determinadas lojas e não de outras.

Relativamente ao outro assunto, eu lembro que enquanto o desemprego, neste concelho, subiu 60%, no Alentejo diminuiu 7%. Afinal, o Governo do PS até trabalhou bem para esta região e para a autarquia eborense é que não. Se calhar, a parte municipal não trabalhou suficientemente”.

Posto isto, o Sr. **João Valverde** agradeceu à Câmara, à Protecção Civil, ao Governo Civil e à GNR o auxílio que prestaram à localidade de S. Brás do Regedouro, aquando das fortes chuvadas que caíram no passado mês de Novembro, as quais danificaram algumas casas.

A propósito das últimas palavras do Sr. P. Rita, o Sr. **Presidente da edilidade** acrescentou: “Agora a margem de manobra de qualquer câmara municipal, no âmbito da resolução do desemprego local, é diminuta, ao contrário do que sucedia antigamente, em que podiam absorver a mão-de-obra disponível da agricultura, porque não tinham limitações à contratação. Portanto, as nossas políticas activas para a geração de postos de trabalho só é possível no âmbito do desenvolvimento económico e isso fazemos.

Ainda acerca do tema dos brinquedos, a nossa preocupação não se resume à questão de serem mais baratos, mas também à verificação da qualidade/preço, até porque é preciso assegurar que os mesmos não ofereçam perigosidade para as crianças e que sejam adequados, do ponto de vista pedagógico”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Finda esta derradeira intervenção e não se registando mais inscrições para debate, o Sr. Presidente deu por terminado o PAOD.

PONTO 1 – TOMADA DE POSSE DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Já tratado.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTICIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. **Presidente da CME** informou o plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2006, destacando especialmente:

- A apresentação do Plano de Mobilidade Urbana, visando a pedonalização progressiva do centro histórico;
- O trabalho realizado no âmbito da nova rede das carreiras urbanas;
- A festa do cinema francês;
- A XIX edição do Festival de Teatro de Amadores;
- A conclusão da iluminação cénica dos monumentos, cujo projecto custou mais de 3 milhões de euros;
- A intervenção na requalificação de seis escolas primárias do concelho;
- A atribuição à cidade de Évora do prémio «**O Melhor Exemplo da Idade de Ouro Em Portugal, enquanto lugar com grande vocação para o turismo**», durante a realização da Feira Internacional de Turismo da Suíça;
- As comemorações do Mês do Idoso, com a efectuação de espectáculos musicais e convívios;
- A concretização do projecto MUTIC (Unidade Móvel de Apoio às Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação), visando apoiar os agentes educativos e sociais do concelho na resolução eficaz e rápida de problemas informáticos;
- A inauguração da Rede de Percursos Ambientais, que liga Évora à Serra de Monfurado;
- A Recepção ao Professor, que contou com a participação da escritora Isabel Alçada;
- A assinatura do protocolo com o Instituto Nacional da Habitação (INH), para a recuperação do Bairro da Cruz da Picada;
- A comemoração do Dia Mundial do Turismo;
- A inauguração do comboio «**Inter-cidades**», na qual a CME muito se empenhou, através de várias reuniões e de diversos ofícios;
- A inauguração do SIM-PD (Serviço de Intermediação para Pessoas com Deficiência), a funcionar no rés-do-chão dos Paços do Concelho;
- E as comemorações dos 20 Anos Património Mundial.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. Presidente facultou o uso da palavra ao Sr. **Celino Silva**, que declarou: “*O Plano Director Municipal voltou a ser ignorado no presente Relatório e isso continua a ser inadmissível, para mais já tendo acontecido o mesmo na anterior Informação.*

Também não vi referências às ideias que estão em curso em relação ao Rossio, aos Leões e à Biblioteca e Arquivo, que são matérias suficientemente importantes e significativas para a actividade do município, tornando-se igualmente inaceitável tal omissão.

Por último, consta na página 15, na parte do Planeamento, que está em preparação um documento com as Necessidades de Investimento do Município de Évora para o período de 2007/2013, no âmbito da preparação do Quadro de Referência Estratégica Regional (QRER), pelo que eu solicito, através da Mesa, que quando o dito estiver pronto que me seja fornecida uma cópia”.

Por sua vez, o Sr. **Rui Rosado** salientou: “*Naturalmente que o desejo da CDU é ver obra pesada e grande, mas, obviamente, o que há para fazer será efectuado através de projectos plurianuais, sendo, portanto, trabalhos mais demorados e que aparecerão no momento próprio. Mesmo com orçamentos difíceis é possível executar obra de qualidade, moderna e avançada, conforme o Sr. Presidente da CME exemplificou”.*

Por seu turno, o Sr. **Nuno Leão** pronunciou: “*O PSD ficou satisfeito com a renovação da linha de comboio e a activação do «inter-cidades», sendo bom lembrar que os meus companheiros partidários apresentaram, em 2002, uma moção no sentido de que o Executivo fizesse força para que o projecto fosse implementado.*

Por outro lado, entristece-me o vandalismo que graça pela urbe, nomeadamente a destruição das placas de informação turística, que estão junto aos monumentos. A CME não tem culpa, mas penso que tem que existir da sua parte alguma preocupação, porque está em causa a imagem de Évora.

Por fim, penso que seria importante haver, por ocasião da passagem de ano 2006/07, um pólo de atracção para os turistas nos visitarem, à semelhança do que vai acontecer, por exemplo, no Algarve, em Lisboa e em Almada, tendo eu falado sobre o assunto com a Sra. Vereadora Filomena Araújo, a qual me disse que o problema não era dinheiro. Já agora, queria saber em que ponto é que isso está”!

De imediato, o Sr. Presidente cedeu a palavra à Sra. **Paula de Deus**, que afirmou: “*Não posso deixar de ressaltar o bom desempenho da edilidade na aposta da qualificação da vida das pessoas que vivem no nosso concelho, a qual está a ser feita paulatinamente, mas com resultados visíveis, porque através das Informações que nos são apresentadas nós conseguimos ver que há ganhos substanciais, com políticas centradas nas necessidades de municípios que estão em situação de vulnerabilidade. Bons exemplos disso são o projecto para a qualificação do Bairro da Cruz da Picada e as intervenções nas escolas do 1º ciclo, mas muito especialmente a criação do Serviço de Intermediação para as Pessoas com Deficiência (SIM-PD), visto que é um atendimento de proximidade efectivo”.*

Depois, o Sr. **António Murteira** teceu os seguintes comentários: “*O tema dos comboios para o Alentejo não tem a ver com as Câmaras de Évora, de Beja, do Barreiro ou de Lisboa, porque se tratou duma decisão do Poder Central. Portanto, acho que não vale a pena querer-se tirar louros duma coisa que resultou do esforço de várias entidades e de diversas forças políticas.*

Por outro lado, penso que existe uma tendência no país de se fazer política de habitação que tende a gerar guetos. Aqui em Évora também temos algumas situações que podem traduzir esse facto. Não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

estou a responsabilizar o actual Executivo ou os anteriores, mas tem sido uma forma de dar resposta ao problema da habitação social. Como as grandes experiências se têm revelado negativas, eu creio que valia a pena uma reflexão sobre esta matéria, porque já o ano passado coloquei aqui a questão e não vejo que tal tenha dado frutos. Apelo novamente à Vereação para que analise a situação dos Bairros do Alto dos Cucos, Cruz da Picada, Malagueira, Fontanas e Santa Maria, sendo que se já houver algumas ideias para a resolver, eu gostaria de as conhecer. Nós, como força política, estamos dispostos a cooperar na resolução daquele problema.

Sobre o assunto das lojas dos chineses e na minha óptica, todas as pessoas de qualquer nacionalidade, desde que estejam legais em Portugal, têm tanto direito como qualquer outro comerciante, taberneiro ou empresário industrial de terem os seus negócios a funcionar, sendo que a CME possui plena liberdade para comprar nessas casas. Que fique claro que a CDU não alinha, nem um milímetro, nesse pensamento.

Gostaria de saber em que ponto é que está o estudo de impacto, que foi encomendado à Universidade de Évora, sobre a abertura de novas superfícies comerciais nesta urbe.

Por fim, sou da opinião que o pavilhão que está instalado na Praça de Giraldo é completamente desadequado nesta época festiva. Eu não sei se não era possível encontrar outra solução com os comerciantes para que aquelas actividades, que são interessantes, fossem transferidas para outro espaço”.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. **Palma Rita**, que argumentou: “*Na sessão da A. M. de Fevereiro/02 foram votadas duas moções por unanimidade, sendo que uma recomendava à Câmara Municipal que pressionasse o Governo, de Durão Barroso, com vista à conclusão das obras da ferrovia entre Évora e Lisboa e a outra aconselhava a Vereação a influenciar a Administração Central com a finalidade de realizar as obras do IP2, entre o nó de S. Manços e Évora. O primeiro projecto está terminado, o que demonstra que nós não estamos cá para fazer politiquice barata. Infelizmente, as obras do IP2 não estão aí, as quais estavam orçamentadas no PIDDAC para 2005, mas deixaram de estar para 2006 e para 2007.*

Noutro contexto, as obras nas escolas fazem parte de uma atribuição das câmaras municipais, resultante de uma transferência de competências do Ministério da Educação para elas. Pena é que as supracitadas não sejam efectuadas nos meses de férias e que haja atrasos quando se inicia o ano lectivo. Portanto, parece-me que à CME está cometido um conjunto de atribuições, que não passa apenas por obras, mas também pela execução de uma série de actividades de tempos livres.

Quando há pouco o Sr. Presidente do município disse que o PSD está aqui a fazer com que a «Skylander» não venha para Évora, não, o nosso Partido já chamou à atenção várias vezes para que a autarquia crie uma quantidade de serviços para os filhos dos engenheiros da referida empresa e para os outros que cá vivem, não se tratando de uma crítica”.

Posteriormente o Sr. **Abílio Fernandes** observou: “*Não ouvi o Sr. Presidente da CME falar acerca da situação financeira, mas chamo à atenção de que não se nota qualquer esforço de retracção por parte do Executivo na realização de despesas e impende agora um cutelo muito forte, que a nova Lei das Finanças Locais vai trazer a esta autarquia. Impunha-se que a edilidade eborense tomasse em conta este facto, para não continuar a ter a situação que aqui nos é apresentada, em que as despesas cabimentadas são de 89% e as receitas auferidas são de 60%. Portanto, há aqui um défice muito grande, que vai sobrecarregar o Orçamento do próximo ano. Para ter conhecimento da situação financeira da Câmara é muito importante possuímos a lista, que eu já solicitei várias*



vezes, dos terrenos vendáveis, porque isso é um património que se pode transformar rapidamente em liquidez”.

Retorquindo ao apontamento do orador antecedente, o Sr. **Francisco Chalaça** acentuou que pensava que quando o Sr. A. Fernandes se inscreveu era para reconhecer, finalmente, que a execução orçamental estava a ser excelente, coisa que o mesmo não manifestou. Todavia, prontificou-se a demonstrar-lhe que tal era real, precisando apenas, para tanto, dum esclarecimento por parte da Administração Municipal. Assim, perguntou ao Sr. José Ernesto Oliveira se se perspectivava que a realização orçamental se manteria, até ao final do ano, nos números atrás referidos.

O Sr. **Presidente da CME** respondeu que os valores iriam ser diferentes, fundamentalmente do lado da receita.

Prosseguindo com a sua dissertação, o Sr. **Francisco Chalaça** acrescentou: *“Em Maio a execução da despesa tinha um desvio de 47%. Em Agosto já era só de 17% e agora não tem qualquer desvio. Se reparar, a supra mencionada, no final de Novembro/06, ascendia a 82%, o que quer dizer que se trata duma boa realização orçamental”.*

Logo após, o Sr. Presidente concedeu a palavra à Sra. **Margarida Fernandes**, que expressou: *“Na pág. 25 do Relatório em apreciação, nas actividades do Departamento de Ambiente e Qualidade, destaca-se o concurso para a limpeza das Freguesias do Bacelo e da Malagueira, sendo que na última reunião da AME questioneei o Executivo sobre a matéria, tendo a Vereadora Filomena Araújo referido que estava a decorrer o concurso, sabendo eu que este foi a reunião de Câmara em Fevereiro/06. Assim, pergunto para quando a conclusão deste processo, com a esperança de que a nova empresa preste um serviço de qualidade, porque a limpeza pública na Freguesia da Malagueira continua a ser uma das grandes preocupações dos seus moradores”?*

O Sr. Presidente possibilitou ao Sr. **Presidente da autarquia** responder às interpelações formuladas, o qual elucidou: *“O Sr. Celino perguntou porque é que não vinham aqui informações sobre o PDM, o Plano de Pormenor do Rossio, a evolução do Plano de Pormenor dos Leões e a BPE. Bom, não constam neste Relatório porque são matérias que carecem de informações mais objectivas. O Plano Director Municipal não está dependente da Câmara, mas sim de uma decisão da Comissão da Reserva Agrícola, que já aprovou a nossa proposta para a inclusão dos Planos de Rega da Vigia e de S. Manços, estando já reunidas todas as condições para que se inicie o debate público nos primeiros meses de 2007.*

Quanto ao Plano de Pormenor do Rossio, a abertura do concurso para a sua elaboração já foi aprovada pela CME, só que, entretanto, surgiram problemas com o júri, cujos membros, quase na sua totalidade, acabaram por não estarem em condições de continuarem a desempenhar o seu papel, por diversos motivos. Houve que fazer a recomposição do júri e a sua aprovação, porque se tratava dum concurso público, estando este já concluído. Neste momento falta apenas a participação dos fundos comunitários para arrancar com o projecto.

Relativamente aos Leões, efectuámos um concurso público, que foi impugnado, sendo que chegámos a acordo extrajudicial com o recorrente, o que atrasou o respectivo Plano de Pormenor, mas agora já está tudo em condições de se retomar o projecto.

No que toca à Biblioteca, tive ontem uma reunião com o seu Director, tendo eu feito sentir a necessidade de se manter o protocolo que tinha sido assinado anteriormente com o Ministério da



Cultura, estando inscrita nas GOP e Orçamento para 2007 a aquisição do terreno e o início do projecto.

No que se reporta ao depoimento do Sr. N. Leão, relativamente ao vandalismo das placas colocadas nos monumentos, não são todas, embora a situação seja preocupante. Temos feito um esforço para as repor, mas não tem resultado. Vamos tentar que o IPPAR aprove outro modelo das ditas, que sejam mais resistentes à destruição.

Sobre o outro assunto, este ano vamos ter um «réveillon» com a qualidade possível, que vai ocorrer numa tenda instalada no Rossio, com entradas livres, cuja iniciativa vai ser anunciada na RTP e na imprensa regional e nacional a partir de amanhã.

O Sr. A. Murteira falou na criação de guetos, mas olhe que não tem sido essa a política que nós temos seguido, tanto assim que temos atribuído casas na Cruz da Picada, na Malagueira, na Senhora da Saúde, na Horta das Figueiras, no Bacelo e nas Coronheiras, inseridas na comunidade, em cujos bairros não tem havido discriminação étnica, facto comprovado com a ausência de reclamações.

Por outro lado, o estudo de impacto das grandes superfícies está em curso, tendo-me sido transmitido que a sua 1ª fase será entregue em Janeiro próximo.

Sobre aquilo que disse o Sr. P. Rita, é bom que se saiba que as câmaras não receberam qualquer verba para efectuar obras nas escolas, dado que as competências do ensino básico foram passadas para as mesmas a partir de 1998. Também lhe digo que gastámos três milhões de contos na recuperação do parque escolar e até hoje e ainda não recebemos um tostão dos fundos comunitários, até porque já nos disseram que agora não há dinheiro.

O Sr. A. Fernandes referiu-se à situação financeira, mas eu reservo-me para responder na discussão do ponto acerca do Orçamento.

No que respeita ao tema levantado pela Sra. Margarida Fernandes, posso adiantar que o concurso está na fase de últimação, havendo já um vencedor, a quem vai ser adjudicada a exploração, pelo que espero que no princípio do próximo ano a nova empresa entre em funções”.

Face às explicações dadas pelo Sr. José Ernesto Oliveira, o Sr. **Celino Silva** respondeu: “*Eu fiz uma crítica por falta de informação adequada e penso que isto é andar a brincar ao Poder Local. O Sr. tem que ser objectivo no relatório escrito que apresenta a este Órgão, sendo que eu não aceito receber comunicações particulares, porque eu estou aqui não a título pessoal, mas na qualidade de membro desta bancada”.*

A seguir, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **António Murteira**, que frisou: “*O Sr. traçou um quadro idílico sobre o assunto que eu apresentei, só que o meu ponto de vista é diferente. Assim, eu sugiro que se organize uma pequena visita àquela zona (Malagueira), para falarmos com as pessoas, de modo a tentar-se resolver o problema”.*

Entretanto, o Sr. **Presidente** recordou que, no âmbito das reuniões descentralizadas da AME, chegara a estar prevista, no final do mandato passado, uma visita à Freguesia da Malagueira e a realização duma sessão na respectiva Junta, tendo-se acabado por privilegiar uma freguesia rural, pensando que tal visita poderia ser enquadrável no programa de uma eventual reunião da AME nesta Freguesia.

Retorquindo ao alvitre do Sr. A. Murteira, o Sr. **Presidente da Câmara** explicitou que só aceitava fazer uma visita a todos os investimentos que a autarquia tem feito na área da habitação social.



Em virtude de não terem surgido mais inscrições para debate, o Sr. **Presidente** encerrou o 2º ponto da agenda, tendo proposto que se fizesse um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite pelo plenário.

PONTO 3 – DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DA CME RELATIVAS ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007

Reaberta a sessão, o Sr. Presidente concedeu a utilização da palavra ao Sr. **Presidente da Câmara** para apresentar este ponto, o qual afirmou: “*Os três grandes objectivos que orientarão a nossa estratégia de intervenção serão: **Primeiro** – Desenvolver um conjunto de medidas que visem, como grande pano de fundo, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e das famílias, nomeadamente ao nível das políticas ambiental, de higiene e limpeza pública, de educação, de infra-estruturas básicas, etc.; **Segundo** – Promover um desenvolvimento sustentado, assegurando um território ordenado e qualificado; **Terceiro** – Aprofundar o processo de reorganização dos serviços e, com isso, conseguir racionalizar meios e recursos, garantindo maior eficácia e produtividade.*

Existem outros aspectos que serão tidos em conta, tais como: as redes de saneamento, a qualidade das infra-estruturas de abastecimento de água e a rede de tratamento de esgotos e de resíduos sólidos urbanos.

Por outro lado, existem outros equipamentos que esta cidade continua a precisar, designadamente a nova Biblioteca, a zona desportiva, o Parque de Feiras e Exposições, a recuperação do Salão Central e a conclusão do Teatro Garcia de Resende, sendo que estes projectos estão previstos, nas GOP, para terem execução parcial durante o ano de 2007, com o contributo dos fundos comunitários.

Noutro domínio, assumimos o compromisso de continuar a fazer obras nas Freguesias, particularmente nas rurais, aonde é necessário continuar a investir.

Paralelamente, este Orçamento traduz mais um passo na fidelidade, no rigor e da contenção da despesa, especialmente no que respeita às amortizações e aos juros. Apesar das restrições que nos são impostas pela Lei das Finanças Locais, decidimos, por unanimidade, reduzir, progressivamente e anualmente, o nosso investimento para valores que se aproximem dos 50.000.000 €, cifra esta considerada realista em função da nossa capacidade de captação de receitas.

Por último, estamos a preparar um novo quadro de transferência de competências para a Juntas de Freguesia, sem que isso traduza uma diminuição global de distribuição de verbas para as mesmas, sendo até possível que ocorra uma pequena subida nalguns casos”.

De imediato, o Sr. **Rui Rosado** opinou que as GOP e o Orçamento reflectiam linhas de orientação muito interessantes e relevantes, sublinhando que o 1º documento espelhava o programa de candidatura do PS à autarquia eborense, não deixando de divulgar que os acima referidos colhiam a concordância e a aprovação da sua bancada.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. **Abílio Fernandes**, que exprimiu: “*Dizer-se que um orçamento de uma câmara é rígido e de contenção é totalmente falso, porque quem pensa assim é não elaborar um documento que possa responder às possibilidades que existem a nível nacional. Como é que uma câmara em Portugal pode ter rigor se não têm autonomia financeira? Então os Senhores sabem,*



porventura, que dinheiro é que há dos fundos comunitários para contemplar as obras da edilidade? Os Senhores sabem qual é a verba que existe para os contratos-programa com o Governo? Então se não sabem como é que podem falar em rigor? Não percebem que os orçamentos têm que ser mais emolados, dado que o Tribunal de Contas não permite que se faça qualquer obra que não esteja contemplada nos ditos? Até porque tal não é uma falsidade e é uma necessidade para que nenhum projecto fique de fora se vier dinheiro. A verdade tem que estar na execução”.

Reagindo ao discurso do orador antecedente, O Sr. **Francisco Chalaça** acentuou: “O Sr. disse que tem havido má execução no que se refere, especialmente, às rubricas «**Transferências de Co-financiamentos**» e «**Venda de Terrenos**», mas olhe que se tratam de contas recuperáveis, a todo o tempo, a não ser que as verbas, que já foram gastas pela CME, não venham a ser ressarcidas por parte dos fundos comunitários. Não se pode vir para aqui falar em ausência de rigor quando se tem falta dele naquilo que se diz e na análise que se faz. A sobreorçamentação que aqui defendeu foi aquela que o Sr. praticou e que fez com que resultasse numa dívida de 13 milhões de contos. Essa técnica já ninguém usa e, aliás, é ilegal, segundo o Tribunal de Contas. Existem as alterações orçamentais que permitem, desde que as conta estejam abertas, transitar com o dinheiro de um lado para outro e fazer a despesa na mesma. Concordo e acho imprescindível que se caminhe para orçamentos de verdade, que façam coincidir a despesa com aquilo que é calculado. Só assim se consegue ter rigidez e disciplina nas contas públicas”.

Seguidamente, o Sr. **António Murteira** leu um documento do teor que se passa a relatar: “No momento em que apreciamos as GOP e temos presente o Plano de Investimento Plurianual, importa tentar perceber qual é a situação em Évora, para que possamos definir, com algum rigor, os grandes objectivos estruturantes.

Num pólo, temos 56% dos trabalhadores por conta de outrem (26,6% em estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores e 29,4% em firmas com mais de 250 funcionários) que auferem um «ganho médio mensal» de 764 € [a disparidade do ganho médio mensal, por escalão de empresa é de 26,4% (Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Edição de 2003)]. Muitos outros profissionais auferem o salário mínimo, o qual, como sabem, é de 385,90 €. Entre os mais de 15.000 pensionistas do concelho (2004), que representam 26,5 do total da população residente (56.519 pessoas) o «valor médio mensal» das pensões de velhice é de 324 €, mas se incluirmos as pensões de invalidez e de sobrevivência esse valor desce para 284 € mensais. A pobreza e a exclusão ameaçam igualmente parte dos 10 a 13% dos jovens do concelho que se encontram no desemprego. Também muitas das micro, pequenas e médias empresas, que são responsáveis por mais de 85% dos postos de trabalho e por mais de $\frac{3}{4}$ da facturação do distrito de Évora (INE de 2003), vivem um dos períodos mais difíceis.

No que respeita ao comércio e aos comerciantes, que têm feito um esforço de investimento, vêem agora a urbe e o concelho perante um «ataque avassalador» das grandes superfícies comerciais.

Por sua vez, os pequenos agricultores e a explorações agrícolas familiares estão a ser arruinados.

Noutro pólo situam-se grupos sociais privilegiados, isto é, estamos perante uma situação de ameaças ao tecido empresarial e laboral endógeno, perante uma situação de baixos rendimentos e de pobreza para um número significativo de eborenses e de enormes fortunas, acumulação de património e de privilégios para alguns grupos sociais minoritários.

É a partir desta análise e desta posição que os eleitos da CDU criticam as Grandes Opções do Plano para 2007 e as perspectivas políticas sugeridas pelo Plano Plurianual de Investimentos, apresentando a esta Assembleia Municipal e aos eborenses um conjunto de ideias para uma



proposta alternativa. Que ideias para uma alternativa propõe a CDU? Évora precisa de definir «objectivos estruturantes», tais como:

- **Promoção de uma base económica diversificada, produtiva e geradora de emprego;**
- **Reformulação e maior investimento na política de habitação;**
- **Combate às desigualdades e à pobreza;**
- **Trabalhar para elevar Évora a centro cultural internacional.**

1º Objectivo Estruturante – Promoção de uma base económica diversificada, produtiva e geradora de emprego – Nas GOP o programa/projecto do Parque de Feiras e Exposições vê reduzido o investimento em menos de 200 mil euros, ou seja, de 500 mil em 2006, para 300 mil em 2007. Outro exemplo é o desinvestimento de 130.000 € nas «novas zonas de actividades económicas e requalificação das existentes».

A CDU considera opções prioritárias nesta área:

- A criação de um novo sistema de apoio e de incentivo às micro, pequenas e médias empresas, que inclua, por exemplo, a promoção de uma parceria público-privada com a Universidade de Évora, as associações empresariais, a Região de Turismo e a CCDRA, para o desenvolvimento de programas de modernização da gestão nas firmas do concelho, de informação sobre mercados, de formação de empresários e de trabalhadores;
- **Não autorizar a abertura de novos espaços comerciais** sem estudos sérios de impacto no tecido empresarial local, no emprego e no ambiente urbano e sem debate prévio com os empresários eborenses. Neste aspecto, sugerir a revisão da Lei do Licenciamento Comercial, criando cláusulas que acautelem a liberalização selvagem resultante da abertura massiva das grandes superfícies comerciais;
- A elaboração de uma **Carta ou Plano Estratégico de Desenvolvimento** para o concelho de Évora, tal como sugerimos o ano passado em reunião homóloga, que não foi considerada, mas que este ano aparece, e bem, nas GOP, com uma dotação, em despesas correntes, de 150.000 €;
- Promover a **fileira da aeronáutica**, em cooperação com Beja e Ponte de Sôr;
- Recuperar o atraso da participação do concelho na produção de **energias renováveis**;
- Promover uma **parceria público-privada (por exemplo, CME/EDIA/Direcção Regional de Agricultura/Associações de Agricultores)**, que identifique uma estratégia e projectos que possam potenciar o aproveitamento dos novos regadios a sul do concelho, resultantes de Alqueva (8.000 ha), assim como dos regadios já instalados e a criação de empresas de transformação e comercialização agro-alimentar;

2º Objectivo Estruturante – Reformulação e maior investimento na política de habitação – Na política de habitação e de solos não deverá ter-se em conta que, no centro histórico, haverão 600 casas degradadas? E que na cidade existirão 600 casas por vender? E que na Habévora haverão 400 famílias em listas de espera para arrendamento social? E que no Centro Histórico vivem apenas 7.000 dos mais 41.000 residentes na cidade? A opção da Câmara não contribui para a resolução de uma questão que constitui um direito de todo o ser humano: o direito à habitação. De facto, em termos de investimento para 2007, aparece nas GOP a insignificante verba de 100.000 € para o **Programa Municipal de Reabilitação de Fogos**, de 140.000 € para o **Recria-Rehabilita**, 51.000 € para **recuperação do tecido edificado** e 128.000 € para **protocolo com o INH**. É evidente que com estas opções vai recriar, reabitar ou reabilitar pouca coisa.

A CDU considera opções e prioridades nesta área:



- Recuperar e qualificar o património habitacional degradado e disponível no centro histórico, como nas Freguesias da cidade e nas rurais;
- Dar prioridade ao preenchimento urbanístico de espaços urbanizáveis disponíveis ou com processos já avançados, criando continuidade e densidade na malha urbana, como recomendam os pareceres especializados nacionais e internacionais;
- Investir na habitação social e na de preços controlados, adoptando uma nova lógica de repovoamento intra-muros e de erradicação e não fomento de guetos habitacionais e sociais, como recomendam os especialistas nacionais e internacionais.

3º Objectivo Estruturante – Combate às desigualdades, à pobreza, e por condições de vida dignas, tanto na cidade como nas freguesias rurais.

Como referiram os meus companheiros eleitos no Executivo camarário, verifica-se uma importante quebra nas «iniciativas de combate à exclusão social e de apoio aos mais desfavorecidos». Por exemplo, o **Cartão Social do Idoso** cai a pique, de 324.000 € para 135.000 € em 2007. O apoio ao **Dia do Deficiente** e à **Universidade Sénior** pura e simplesmente desaparece. O «incremento das parcerias de suporte à rede de equipamentos sociais», sobretudo na rubrica de Capital, sofrem uma redução, quando deveria ser o contrário.

A CDU considera opções prioritárias nesta área:

- Empenho na construção do Hospital Regional;
- Empenho no desenvolvimento de um sistema eficaz e moderno de cuidados primários de saúde;
- Promover parcerias público-privadas para responder às necessidades, quantitativas e qualificativas, em equipamentos para os portadores de deficiência e para os mais velhos (lares, centros de dia, apoio ao domicílio);
- Manter e, se possível, fazer evoluir o nível de apoio através do Cartão do Idoso.

4º Objectivo Estruturante – Trabalhar para elevar Évora a centro cultural internacional.

Qualificação, promoção e desenvolvimento do património, material e imaterial, e equação duma política cultural de médio prazo.

A CDU considera opções nesta área:

- Concretização da intervenção nos equipamentos emblemáticos da urbe, entre os quais o Teatro Garcia de Resende, o Salão Central Eborense, o Palácio de D. Manuel, o Convento dos Remédios e os ex-Celeiros da EPAC, que constam no programa eleitoral da CDU e cuja inclusão nas GOP entendemos acertada, embora o grosso do investimento previsto seja para 2008;
- Discordamos, pelas razões oportunamente aduzidas, daquilo que consideramos ser um mau negócio entre a Câmara e os proprietários da praça de touros;
- Lembramos que há importantes zonas urbanas, como a Malagueira, que continuam sem dispor de um equipamento cultural de qualidade, o que é contraditório com a nova filosofia proclamada no objectivo 1, de «coerência e continuidade da malha urbana da cidade e freguesias»;
- Sugerimos que se encare, com serenidade e sem precipitações, a possibilidade de Évora prestar, finalmente, a devida homenagem à luta pela Liberdade e ao 25 de Abril, atribuindo o nome de **Praça da Liberdade** ou **Praça 25 de Abril**, ou outro que se entenda adequado, por exemplo, ao Rossio de S. Brás.
- No mesmo sentido, poderia encarar-se a possibilidade de convidar alguns artistas plásticos, que viveram os tempos da ditadura e os acontecimentos de Abril, para, em conjunto com outros da nova geração, estudarem uma intervenção na cidade, sobre esse acontecimento dos mais nobres da nossa história, senão o mais nobre, no século XX;



- Consideramos ser altura de fazer o balanço do resultado de um conjunto de intervenções que têm vindo a ser feitas, designadamente na área da chamada «escultura pública» e «regeneração urbana», de forma a, se for essa a conclusão, não se insistir numa metodologia e num estilo, que já estão a levantar críticas e preocupações, na medida em que possam introduzir elementos de vulgarização na imagem da cidade, em vez de acrescentarem património ao património;

- O **Alentejo**, particularmente as zonas de Montemor-o-Novo, de Évora e as margens do Guadiana, tem no seu território expressões culturais pré-históricas, datadas do Paleolítico Superior (Gruta do Escoural) e do Neolítico (Cromeleque dos Almendres, Cromeleque do Tojal, etc.), que poderão ser potenciadas no plano cultural e artístico, através da criação, por exemplo, de um Parque Cultural do Paleolítico e do Neolítico, equacionado através duma parceria pública e privada, que poderia englobar municípios, mecenas e outros investidores privados, criando um centro de conhecimento sobre as origens, a vida e a cultura dos humanos nossos antepassados e um novo destino turístico a nível nacional, ibérico e europeu;

- No que respeita à criação cultural na cidade, precisaríamos de reflectir sobre esta questão, antes de se avançar com base no voluntarismo;

- Em Évora, uma outra situação que fragiliza a sua imagem cultural e o desenvolvimento económico e social é a ausência de uma comunicação social escrita, plural e de qualidade, pública e privada.

Para terminar deixo uma interrogação, como que um desafio à cooperação institucional: com o peculiar património cultural pré-histórico, a cidade património mundial, as nossas aldeias cheias de criatividade arquitectónica popular, a força histórica e estética da região, Évora não deveria ter a ambição de vir a ser um valioso centro de criação e usufruição cultural nacional e internacional”?

Logo após, o Sr. Presidente facultou a utilização da palavra ao Sr. **Palma Rita**, que asseverou: “Espero que o Sr. Presidente da CME não diga agora aos órgãos de comunicação social que existe uma «santa aliança» entre o PSD e a CDU, porque foi a abstenção do nosso Vereador que permitiu a aprovação dos documentos em causa, de uma forma responsável, alterando e sugerindo algumas reorientações às GOP. Foi preciso o PSD ter um Vereador eleito, nos últimos 5 anos, para que esta autarquia reconhecesse que era preciso haver um Plano Estratégico. A nossa bancada irá abster-se nas duas votações, não significando isto uma discordância total, mas sim parcial, sendo também um reconhecimento de valorização daquilo que tem sido o contributo do PSD para a melhoria do rigor e da aceitação das propostas para o futuro do concelho, provenientes das bancadas da oposição”.

Posteriormente, o Sr. **Nuno Leão** subscreveu as palavras do Sr. do Sr. P. Rita, salientando que ainda estavam por cumprir as promessas feitas no anterior mandato.

Mais à frente e em relação ao Orçamento para 2007, manifestou-se satisfeito por o mesmo ter sido reduzido em 2,5 milhões de euros, achando muito importante que os munícipes tenham a noção que existe rigorosidade no seio da Administração Municipal.

Contraopondo à exposição do Sr. A. Murteira, o Sr. **Francisco Chalaça** comentou: “Eu julgo que quando a CDU equacionou todo esse conjunto de medidas foi suficientemente coerente para elaborar um orçamento visando dar cobertura às mesmas, porque é muito fácil apresentar propostas sem quantificá-las. Portanto, eu estou interessadíssimo em saber qual é o suporte económico para concretizar as suas ideias”.

O Sr. Presidente deu a palavra à Sra. **Margarida Fernandes**, que observou: “No Mapa das Actividades Correntes, no ponto 4.2.15, estão orçamentados 35.000 € para «Manutenção de



contentores de lixo e outro equipamento», pelo que eu gostaria de perguntar que medidas estão previstas para a lavagem regular dos ditos, de forma a manter os níveis de higiene aceitáveis, que hoje, de todo, não se verifica?

No Plano Plurianual de Investimentos, no n.º 4.1.19, está uma verba calculada de 100.900 € para abastecimento de água às Courelas da Toura. Considerando as grandes dificuldades que estão a ser colocadas aos moradores das quintas do Bairro das Espadas na ligação à rede pública, cuja extensão eles custearam, eu inquiri quantas pessoas serão servidas a partir deste investimento público e quantas famílias têm reunidas as condições para o efeito”?

Reportando-se igualmente sobre a dissertação do Sr. A. Murteira, o Sr. **Francisco Pândega** proferiu: *“Da proposta alternativa apresentada pela bancada da CDU retiro a questão das pequenas e médias explorações agrícolas estarem numa situação difícil, coisa com que eu concordo. Simplesmente não vejo que interferência possa a edilidade ter nisso, pelo que estar a querer incumbi-la para a solução do problema é estar a cometer um erro. Além disso, também digo que, em parte, os comunistas são responsáveis pela situação da agricultura no Alentejo, na medida em que, após o 25 de Abril, com essa mania da colectivização, permitiram que regressasse tudo ao passado. Se tivessem tido a coragem e a ousadia de procederem à divisão das propriedades, de maneira a que os agricultores acedessem a elas, nada teria voltado atrás”.*

De imediato, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que enunciou: *“Aparece uma preocupação interessante nas GOP para 2007, que é a elaboração de salvaguarda do centro histórico, suportada com uma verba de 10.000 €, pelo que eu interrogo o que é que o Executivo vai fazer com tal valor?*

É dado um certo realce ao projecto do Complexo Desportivo Municipal, com a atribuição de uma quantia de 100.000 €, mas parece-me estranho que não se refira que o mesmo irá ter desenvolvimentos nos exercícios de 2008 e 2009, conforme acontece com outras intenções.

Relativamente à questão da Sociedade de Reabilitação Urbana, nós continuamos a ver algumas hesitações pelas omissões das GOP nesta matéria, sendo imperioso encontrar mecanismos para resolver o problema.

Por outro lado, não entendo o realce que é dado à participação e ao empenho do Vereador do PSD e ao facto da maioria relativa da Câmara ter aberto os braços e ter inserido 150.000 € para o início da elaboração do Plano Estratégico. Acho bem que se lance esse trabalho, só é pena é ele não ter sido implementado depois de se ter feito uma avaliação do anterior PE, o qual foi «consorciado» entre a CME, a UE, o NERE, a CCDRA e uma equipa externa, tendo esta colaborado nos aspectos da metodologia de trabalho que tinha que ser seguida.

Por último e acerca da intervenção do Sr. Chalaça, é bom que se saiba que nós não estamos aqui para apresentar um plano alternativo e se quer que nós o façamos, com base nas nossas propostas, fá-lo-emos quando a população nos der confiança. Agora, não podemos ignorar aspectos essenciais das intenções desta Administração Municipal e não podemos deixar passar aquilo que nós pensamos que são matérias que enriquecem o trabalho neste concelho ao nível da habitação, do ordenamento do território, do desenvolvimento económico e dos problemas sociais”.

Seguidamente, o Sr. **Gazimba Simão** declarou: *“Gostei de ouvir e partilho de algumas opiniões que o Sr. A. Murteira aqui reflectiu, nomeadamente sobre as questões culturais, sendo crucial reter quais são os objectivos principais que Évora deve ter. Obviamente que a cultura é muito importante, mas a base económica e a sua diversificação é fundamental.*



Noutra vertente, entendo que esta Câmara tem desenvolvido um rigoroso trabalho e de grande empenhamento ao nível da habitação social, tanto assim que já houve seis sessões, se a memória não me escapa, de entrega de casas a famílias carentes. Estou a falar de centenas de fogos, de muitos contratos-programa e da reabilitação da Cruz da Picada, pelo que penso que não fazem sentido as críticas aqui formuladas acerca desta matéria, uma vez que tem-se realizado uma política séria e com bons resultados”.

Reagindo à parte final do apontamento do Sr. Celino, O Sr. **Francisco Chalaça** inquiriu e argumentou: *“Porque é que a CDU trouxe aqui as propostas sabendo que as GOP não podem ser alteradas? Ou só lhe interessa um lado da questão? Essa não joga! Ao terem apresentado as sugestões deveriam fazer a quantificação das mesmas, porque senão isso não passa de «baba de milhano». Eu até concordo com algumas coisas que foram ditas, mas tenho dúvidas que nos próximos 100 anos haja dinheiro para executar essas ideias. Isso é que é falta de rigor”!*

Posteriormente, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. **Jorge Lourido**, o qual afirmou: *“A bancada da CDU irá votar contra as GOP e o Orçamento, na medida em que nenhuma das propostas feitas pela oposição no ano passado foi concretizada.*

Noutro âmbito, congratulo-me com o entendimento a que a Câmara chegou sobre o protocolo de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, sendo bom recordar que num primeiro modelo havia um conjunto vasto delas que tinham um corte enorme na atribuição de verbas.

Contrariamente ao que costumo fazer, desta vez apenas vou debruçar-me sobre dois ou três grandes eixos que surgem no PPI e nas Despesas Correntes. Assim e a título de exemplo, podemos verificar que no ponto 1.2 as grandes reduções que aparecem são em dois projectos que me parecem estruturantes e essenciais. Só do URBCOM e do Programa POLIS saem cerca de 600.000 €. Mas há também outras áreas que julgamos de elevada importância, que são os pontos 2.2 (Vias Estruturantes para o Desenvolvimento Coerente da Cidade) e 2.3 (Redes de Estradas e Caminhos Municipais), que vão ter abatimentos de mais de 1.000.000 €, não sendo de esquecer que também existem compromissos e opções que foram tomados que trazem despesas bastantes acentuadas, como, por exemplo, no ponto 4.1.26, onde se prevê o pagamento de 1.000.000 € às Águas do Centro Alentejo. No sentido inverso, podemos ver abaixamentos no sector da manutenção de condutas e de canalizações.

Já no que toca ao combate à exclusão social e ao apoio aos mais desfavorecidos, o ponto 5.10 surge penalizado com menos 247.499 €”.

O orador seguinte foi o Sr. **José Russo**, que expressou: *“Uma parte substancial das rubricas do Orçamento para a cultura sofreram redução e isto é complicado, porque estamos a intervir numa área que tem sido muito castigada. Penso que já é tempo de olharmos para esta actividade doutra maneira.*

Muito recentemente saiu no jornal «Público» um estudo, promovido pela Comissão Europeia, que dá nota de um conjunto de indicadores que são absolutamente fundamentais para encararmos o mencionado tema de outra forma, nomeadamente o seu peso na vertente do desenvolvimento económico da União Europeia. Diz a aludida análise que a actividade cultural representa mais do que o comércio automóvel a nível europeu, para além de recomendar aos governos da Comunidade para que se deixe de afirmar que a mesma é uma coisa subsídio-dependente. Neste país a cultura contribui para o PIB com 1,4%, sendo que no último OGE a respectiva rubrica tem apenas uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

previsão de 0,4%, voltando-se aos números da década de 80. A cultura, hoje e em termos de futuro, é um sector em que todos temos que apostar, daí que se faça uma recomendação aos estados membros para que se reforcem os investimentos nela.

Ainda no campo atrás descrito, vejo, no Orçamento, um abaixamento substancial no apoio da autarquia para a realização do Festival de Teatro. Será um erro ou é mesmo assim”?

A propósito de se ter falado no protocolo de descentralização de competências da CME para a Juntas, o Sr. **Baltazar Damas** disse: *“As J. F. não precisam do dinheiro da edilidade, visto que têm receitas próprias do OGE, tendo que elaborar os seus Planos de Actividades e Orçamentos em função disso. A questão que se coloca é que há Freguesias que precisam de serem apoiadas com verbas municipais, porque desenvolvem determinado tipo de acções resultantes de protocolos estabelecidos com a CME. O que acontecia era que existiam J. F. que auferiam essas importâncias e não faziam nada. Essa metodologia tinha que ser alterada, tendo havido necessidade de estudar um outro sistema para atribuição de numerário”.*

O Sr. Presidente facultou de novo a palavra ao Sr. **António Murteira**, o qual exprimiu: *“É certo que a A. M. não tem o poder, face à lei, de modificar as GOP e os Orçamentos. Portanto, a única utilidade que eu vejo nesta discussão é trazer alguma reflexão de carácter político, de definição de objectivos estruturantes, que possam servir para nós, para a Administração Municipal ou para a outra oposição. Se alguma coisa se aproveitar ficaremos satisfeitos, mas se não servir continuaremos a defender as nossas ideias e na altura das eleições apresentá-las-emos ao eleitorado.*

Sr. Chalaça, sejamos francos, a oposição não tem condições para fazer um Orçamento alternativo detalhado, o que pode é propor linhas de orientação diferentes, como forma de contributo para uma ponderação da situação da cidade e do concelho.

Quanto à alocação do Sr. F. Pândega, o que nós alvitramos é que se promova uma modesta parceria público-privada, que possa ter como objectivos aquilo que referi há pouco.

Por outro lado, se quiserem agendar uma discussão sobre a política agrícola desde o 25 de Abril até agora, eu teria muito gosto nisso e quero aqui dizer que assumo inteiramente todo o pensamento e acção que tive desde aquela data. Mas mais, sou da opinião que nunca existiu colectivização, porque a terra esteve na posse de 1/3 dos grandes proprietários, de 1/3 dos trabalhadores e 1/3 dos pequenos e médios agricultores, sendo que se tivéssemos ido para a frente com um outro projecto, hoje teríamos uma situação no Alentejo completamente distinta”.

Perante o exposto, o Sr. **Presidente** achou uma sugestão muito interessante poder vir a discutir-se a política agrícola comum e confrontar-se o sucesso e o insucesso da mesma na União Europeia, comparando com o que, no mesmo período, ocorreu na Rússia europeia e nos países de leste, onde outro modelo foi implementado e cujos resultados também seriam interessantes conhecer.

Ainda acerca do assunto da descentralização de competências para as Juntas, a Sra. **Margarida Fernandes** frisou que era justo dizer-se que a nova proposta era fruto da iniciativa dos Vereadores da CDU, cuja posição iria permitir que as J. F. não perdessem dinheiro.

Quanto ao depoimento do Sr. B. Damas, fez saber que, enquanto Presidente da Junta da Malagueira, estava à espera que lhe fizessem uma proposta relativamente à gestão das cantinas e que sobre os transportes escolares nunca lhe tinha sido apresentado qualquer contrato.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Revelou também que entregara, na Câmara, duas propostas de protocolo, sendo uma destinada à manutenção de caminhos rurais e a outra à iluminação pública, estando a aguardar uma resposta a ambas.

No que concerne às atribuições da A. M., o Sr. **Presidente** lembrou que a Lei e o Regimento dizem que «compete à Assembleia Municipal aprovar o Plano de Actividades e o Orçamento», referindo que «a proposta apresentada pela Câmara não pode ser alterada pela Assembleia e carece da devida fundamentação quando for rejeitada, mas a Câmara deve acolher sugestões feitas pela Assembleia, quando devidamente fundamentadas».

No seguimento da derradeira intervenção do Sr. A. Murteira, o Sr. **Francisco Chalaça** retorquiu: *“Tudo bem! O que o Sr. disse esclareceu-nos, só que não fez sentido termos ouvido a argumentação expressa pelo Sr. Lourido, de que a bancada da CDU votava contra porque as suas propostas do ano transacto não tinham sido incorporadas. Até vos digo mais, os Senhores, em 2007, já têm motivos para continuarem a votar desfavoravelmente, porque é impossível englobar as ideias que o Sr. Murteira aqui nos trouxe”*.

Face a este último apontamento, o Sr. **Eduardo Luciano** elucidou: *“Aquilo que o meu camarada quis dizer foi que no exercício passado foram aceites algumas sugestões dos Vereadores da CDU para inserir nas GOP e no Orçamento, que não tiveram qualquer execução e, portanto, neste ano nem sequer valia a pena fazer propostas, uma vez que não iam ser consideradas”*.

Então, o Sr. **Francisco Chalaça** respondeu: *“Eu tenho à minha frente a declaração de voto do Vereador da CDU na respectiva reunião de Câmara, na justificação do seu voto conta, na qual se pode ler «Nem sequer refere as propostas apresentadas pela CDU em finais de 2005”*.

De imediato, o Sr. Presidente possibilitou o Sr. Vereador **João Andrade Santos** de esclarecer a situação, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da CME, o qual explicitou: *“Quando se preparou o Plano de Actividades para 2006, foram apresentadas pela bancada da CDU, na reunião de Câmara, quarenta e tal propostas, das quais 25 ou 26 foram aprovadas por unanimidade. O que aí está escrito é que não houve sequer a cortesia básica de dar um simulacro de concretização a essas medidas, ou seja, tendo havido deliberação unânime da CME para realizar diversas acções, propostas pela CDU e pelo PSD, obviamente que, não existindo o cuidado de as repor na proposta do Orçamento para 2007, nós concluímos pela inutilidade do exercício”*.

Finalizadas as interpelações ao Executivo, o Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. **Presidente da CME** para prestar as explicações que entendesse, tendo o aludido autarca afirmado: *“Para mim, enquanto Presidente do município, nunca existiram os Orçamentos do PS, da CDU ou do PSD. Há o Orçamento da edilidade, para a execução e para o contrário. Infelizmente, não temos condições para cumprir tudo o que está previsto nas GOP e nos Orçamentos, não podendo isto servir de justificação para os Vereadores da CDU terem recusado, por escrito, participar na elaboração dos vigentes documentos.*

No que se reporta aos documentos em discussão, o Sr. A. Fernandes disse que os orçamentos não podem ser de rigor, porque os municípios não possuem autonomia. Discordo em absoluto e é precisamente o contrário.



Quanto ao visto do Tribunal de Contas, ele é obrigatório para além de um determinado nível de contracção de despesas, que, particularmente nas empreitadas, nos obriga a ter cuidado. Noutro tempo isso não acontecia, o que nos criou muitas dificuldades.

Por outro lado, a cabimentação, hoje, é obrigatória, havendo a certeza plena de que ninguém gasta acima do que está orçamentado, o que não sucedia antigamente, o que obrigava a que houvesse duas contabilidades na Câmara: a orçamental e a paralela. Isto levou a que houvesse, em 2002, perto de quatro milhões de contos de facturação dispersa. Se fizéssemos as coisas como o Sr. A. Fernandes apontou, teríamos que ter um Orçamento de 32.500.000 € só para despesas correntes, as quais são inadiáveis, uma vez que temos que pagar ao pessoal, à ADSE e outras mais. Este objectivo vai ser alcançado com verdade, mas num plano escalonado, de modo a permitir efectuar obras e investimentos.

Relativamente à dissertação do Sr. Murteira, concordo com alguns aspectos que abordou, particularmente os de carácter político, pois que é fácil estarmos de acordo que há injustiças sociais que convinhem ser ultrapassadas, que há quem ganhe muito e quem receba pouco, que temos que trabalhar todos para o encurtamento da distância que separa pobres e ricos e outras situações. Eu não quero que o Sr. apresente aqui uma proposta orçamentada, só que deveria estabelecer a fronteira entre as competências municipais e as do Poder Central, nomeadamente nas políticas agrícola, social e da saúde. Nós não temos atribuições nestas matérias nem meios para tal. Naquilo que nos diz respeito, sim. Por exemplo, havia Cartão Social do Município Idoso? Não! Agora existe! Sabe quantos idosos beneficiam deste cartão? 1500 e em todas as reuniões de Câmara este número aumenta. Sabe qual é o financiamento que nós fazemos aos transportes públicos? Sabe quanto é que custa o pagamento do diferencial entre a renda técnica e a renda apoiada? Tudo isto são opções estratégicas, na área social, que muito nos orgulham, para além da construção de habitação, do apoio que damos às escolas e noutras situações.

O Sr. também falou nas parcerias público-privadas e propôs, inclusive, uma série delas, mas muito me admirou que na única concretizada em Évora, num negócio altamente vantajoso para o público, que foi a constituição da sociedade para a construção do Pavilhão Multiusos, a CDU tenha votado contra.

No que se reporta ao discurso do Sr. J. Lourido, informo que o URBECOM está concluído, por isso não o encontra aí, e o Polis está em execução final. Vamos avançar para a 2ª fase, que será das Portas da Lagoa até às Portas de Avis, e espero que haja contrato para a mesma.

A Sociedade de Recuperação Urbana está formada e presumo que ainda irá entrar em acção este ano, sendo que temos estado a aguardar a definição da política orçamental para o efeito.

O Sr. J. Russo focou o tema da cultura. Eu gostava de ter mais verbas para ajudar essa actividade, mas são as que possuímos.

Acerca daquilo que o Sr. P. Rita referiu, eu queria aqui dizer que a abertura que mostrámos para entendimento com o PSD foi idêntica à que manifestámos à CDU. Ambas as forças receberam a proposta inicial do Orçamento no mesmo dia, só que existiram atitudes diferentes. Houve da parte do PSD uma opção responsável visando um acordo, o que não foi possível obter da CDU. Tal atitude não teve, em momento algum, o sentido de voto.

Noutro domínio, O Plano Estratégico existente foi aprovado em 1995, o qual era suportado, na sua condução, pelo chamado «Gabinete de Cidade». Muito antes de eu ter chegado à presidência da Câmara já não havia memória de qualquer reunião tida pelo atrás citado, ou seja, a CDU criou o Plano e, supostamente, não teve condições para o implementar. É óbvio que quando se começou a operar no Plano Estratégico, a primeira coisa que se fez foi um balanço daquilo que fora realizado em 1995. Nas negociações ocorridas, o Sr. Vereador do PSD sugeriu que o acima mencionado se



antecipasse um ano e que começássemos já a trabalhar nele. Tal alvitre foi aceite e está incluído nas GOP para 2007.

Sobre o Plano de Salvaguarda para o centro histórico, aludido pelo Sr. Celino, está a ser elaborado um inventário de tudo o que está construído intramuros, que vai permitir que fiquemos a saber quantas casas existem em condições de habitabilidade, aquelas que merecem ser restauradas, as que não têm recuperação possível, as que estão habitáveis, quem foi que as edificou, quantos anos possuem, qual a técnica de construção, quais os materiais que foram utilizados, etc., cujo diagnóstico está com 75/80% de execução, sendo o dito uma ferramenta essencial para a gestão da reabilitação e da revitalização do centro histórico.

No que toca ao Complexo Desportivo Municipal, está prevista, numa primeira fase, a erecção dum campo de rugby, um pelado e uma pequena bancada, estando já comprado o terreno (9 ha), sito próximo do Bairro de Almeirim.

No que concerne à 1ª interrogação colocada pela Sra. Margarida Fernandes, iremos continuar a lavagem dos contentores, embora reconheça que a quantia é diminuta. Estamos apostados na preparação dum plano de recuperação para os mesmos.

No que respeita à sua 2ª inquirição, posso adiantar-lhe que as Courelas da Toura possuem cerca de 100 moradias, que nunca tiveram água canalizada, tendo a CME feito as condutas e estando-se apenas à espera da conclusão da conduta adutora entre S. Miguel de Machede e Azaruja para se fazerem as ligações às casas.

Por fim, o Sr. N. Leão acusou-me de falta de cumprimento de promessas e eu gostava que o Sr. dissesse quais são. Aponte-me só uma que não esteja iniciada e identificada, em termos de prazo de execução”.

Perante o discurso do Sr. José Ernesto Oliveira, o Sr. **Palma Rita** ripostou: “Não diga que houve, alguma vez, uma aliança estratégica entre a CDU e o PSD bloqueando determinada decisão essencial que o Sr. não conseguiu cumprir. Qual é que foi? A verdade é que das promessas que o Sr. fez em 2001 não realizou uma sequer e, por isso, nenhuma delas fazia parte dos «out doors» em 2005. O Sr. desbloqueou-as todas por uma razão: porque formulou promessas irrealistas.

Em relação aos Planos de Ordenamento do Território, o Sr. não venha com a evocação da história do PDM ser aprovado e o Plano Estratégico vir a seguir, não, esse é um erro total. Basta nós lermos qualquer livrinho sobre a matéria para sabermos que existe uma hierarquia, ou seja, primeiro implementa-se o PNOT, depois o Plano Estratégico, posteriormente o PDM e por aí fora. O Sr. começa por baixo. Isso é, apenas, dar cobertura a um conjunto de compromissos eleitorais que o Sr. estabeleceu”.

Então, o Sr. **Presidente da CME** respondeu: “Lamento que o Sr. tenha feito confusão no que toca àquilo que eu disse. Uma coisa são planos de ordenamento (PDM, Planos de Urbanização e de Pormenor) e outra são os projectos de gestão estratégica da vida do município.

Por outro lado, cito-lhe só alguns projectos que prometi e que estão em execução: o Pavilhão Multiusos, o Complexo Desportivo, melhor mobilidade urbana e novos autocarros, mais áreas industriais para acolhimento de empresas, habitação social, investimentos no centro histórico como nunca se tinham feito e o Parque de Feiras e Exposições. Essa argumentação da não concretização das promessas é respondida com a realidade.

No que concerne às alianças, recordo-lhe que, por exemplo, na Região de Turismo houve um entendimento estratégico entre a CDU e o PSD, bem como na formação da lista dos corpos dirigentes para a CCDRA, no tempo dos Governos do 2º Partido. Isto é que os Srs. criam calar e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

queriam afirmar que não existiu. É natural que haja, mas têm que assumir as consequências políticas disso”.

Invocando que a honra da CDU teria sido ofendida, o Sr. **António Murteira** pediu, nos termos do Regimento, para falar, o qual justificou: *“Acuso, claramente e formalmente, o Sr. Presidente da edilidade de não respeitar os direitos da oposição e isso é inaceitável, porque se se vota com ele é-se responsável e se for o contrário é-se irresponsável.*

Acuso o Sr. José Ernesto Oliveira de fazer insinuações perjurativas sobre os atrasos verificados na aprovação do PDM e acho que deve concretizar aqui as mesmas.

O Sr. denunciou a CDU de ter pretendido que o concelho de Évora ficasse sem as GOP e o Orçamento para 2007, o que não é verdade”.

De imediato e com a devida autorização do Sr. Presidente da autarquia, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra ao Sr. Vereador **António Dieb**, que declarou: *“Como estou há cerca de 02h03m a ouvir falar do papel que desempenho nesta casa, convido-vos a lerem a acta da reunião de Câmara onde foram aprovadas as GOP e o Orçamento ara 2007, que esclarecerá algumas dúvidas e alguns argumentos aqui apresentados, que não correspondem, de todo, àquilo que foi a minha intenção.*

Em termos finais, respondendo um pouco às preocupações que parecem haver entre o PS e a CDU, relativamente a com quem é que eu me vou coligar a seguir, quero dizer-vos que irão manter essa dúvida todos os dias, porque até ao final deste mandato a única coisa que vos asseguro é que irei coligar-me com as ideias com que concordo, mesmo que o meu Partido discorde delas. Não vale a pena dizerem que eu optei por esta ou por aquela posição, em face das simpatias ou das preferências de momento, uma vez que eu próprio não sei se irei tomar uma decisão absolutamente distante de qualquer uma das outras forças na Câmara ou se irei aproximar-me delas caso a caso, consoante as propostas que surgirem na mesa. Se a vossa angústia é saberem se estarão dependentes do meu peso para fazerem vingar as vossas ideias, ficarão com elas até ao último dia do mandato. O tempo deste ano já vos permitiu perceber que é para aí que eu me encaminho e vamos ver, daqui a 3 anos, se tenho ou não razão. Até lá, dêem-me o benefício da dúvida, sorriam menos e tentem respeitar as minhas opções.

Depois deste desabafo de alma, quero afirmar ao Sr. Presidente da CME e ao Sr. Andrade Santos que continuarão a contar com a minha posição absolutamente leal e clara”.

Logo após, o Sr. **Abílio Fernandes** interpelou a Mesa, observando que se acabara de assistir a algumas intervenções do foro estritamente camarário, pelo que, na sua opinião, não teriam cabimento na Assembleia.

Face ao explanado, o Sr. **Presidente** deu a conhecer que tivera o cuidado de verificar o que é que o Regimento da AME diz sobre a matéria, recordando que o n.º 2 do art.º 37º refere que «Os vereadores devem assistir às sessões da Assembleia Municipal, podendo ainda intervir, sem direito a voto, nas matérias em discussão, a solicitação do Presidente da Câmara ou do plenário da Assembleia, ou quando invoquem o direito de resposta, no âmbito das tarefas específicas que lhes tão cometidas». Considerou que, no seu entender, se aplicava perfeitamente a esta situação a disposição do Regimento.

Não pretendendo mais alguém debater o 3º ponto da ordem do dia, o Sr. **Presidente** colocou, primeiramente, à votação as **Grandes Opções do Plano para 2007**, tendo o documento sido



aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (do PS), dez votos contra (da CDU) e três abstenções (do PSD).

Depois, o Sr. **Presidente** pôs à votação o **Orçamento para 2007**, que foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (do PS), dez votos contra (da CDU) e três abstenções (do PSD).

PONTO 4 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA A CONTRATAÇÃO DUM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA HABITAÇÃO SOCIAL

O Sr. Presidente da edilidade delegou no Vereador **Manuel Melgão** a apresentação deste ponto, que expressou: *“A contratação deste empréstimo tem a ver com uma regularização que é preciso fazer junto do INH, dado que, aquando da implementação do 1º Plano Especial de Realojamento, as habitações foram financiadas a 50%, tendo o aludido organismo ficado credor dos restantes 50%, o qual veio agora chamar à atenção que era necessário proceder à contracção dum empréstimo visando a liquidação pendente, na medida em que o mesmo não contará para o endividamento da CME, ao abrigo do Despacho n.º 22.262/2006, de 29 de Setembro”*.

Posteriormente, o Sr. Presidente cedeu a palavra ao Sr. **Palma Rita**, que pronunciou: *“Eu acho que esta proposta não está em condições de ser votada, na medida em que a Vereação decidiu contrair um crédito de longo prazo, com vista à aquisição de 54 fogos, sem nos dizer se a seguir os vai transferir para a Habévora, mediante a realização de contratos de compra e venda, e o que é que vai fazer com o dinheiro que receber da mesma. Se for para pagar o atrás citado, então já não será um empréstimo de longo prazo, mas sim de curto período. Se for para não passar as casas para a Habévora, não percebo qual é a finalidade do crédito, porque a dita existe para gerir o parque habitacional de todo o município. Eu não posso admitir votar uma proposta apenas com esta folha. Terá que ser um dossier mais completo. Peço ao Executivo um esclarecimento sobre isto”*.

Entretanto, o Sr. **Presidente** consultou de novo o Regimento para ver o que é que nele constava sobre a matéria, tendo lido a alínea d) do n.º 2 e o n.º 7 do art.º 8º, sendo que no segundo dígito referido está escrito «Os pedidos de autorização para a contratação de empréstimos a apresentar pela C. M., nos termos da alínea d) do n.º 2, serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, 3 instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município». Como o crédito em apreço não era para ser contraído junto de qualquer instituição bancária e como a legislação excluía a questão do endividamento, inquiriu ao Sr. Vereador Melgão se tal estava explícito na certidão.

Seguidamente, o Sr. **Celino Silva** interrogou e proferiu: *“Este empréstimo é para ser contraído junto de que entidade e em que condições? Isto não está em situação de poder, sequer, ser discutido pela Assembleia”*.

Voltando ao uso da palavra, o Sr. **Palma Rita** enunciou: *“Tenho aqui uma acta da Câmara, de 26 de Janeiro de 2005, onde consta o destino a dar a estes 54 fogos. Esta proposta só pode ser votada por este Órgão se disserem o que é que vão fazer com o dinheiro que receberem dos fogos. As*



habitações serão propriedade da autarquia ou da Habévora? Não me parece que fiquem na posse do município, porque seriam as únicas 54, dum total de mais de novecentas, que o mesmo passou para a Habévora, umas na qualidade de capital social e outras enquanto venda. Se esta proposta fosse votada, a bancada do PSD iria sugerir ao Tribunal de Contas a fiscalização deste caso”.

Perante o exposto, o Sr. **Presidente da Câmara** prontificou-se a historiar a evolução do processo, tendo explicado: *“Quando a CME decidiu assinar um contrato para a construção destes 54 fogos, fê-lo no pressuposto de que não tinha numerário para pagar, tendo efectuado um protocolo com o INH para que ficasse sua devedora na parte financeira, cujo encargo tem figurado nos Orçamentos anteriores, desde a altura em que as habitações foram construídas. Como o Despacho n.º 22.262/2006, de 29 de Setembro, refere que «dado que agora os empréstimos para a construção de habitação social não contam para o endividamento, devem as câmaras municipais pagar ao INH, sendo o mesmo uma das entidades possíveis de financiar as operações», surgiu a possibilidade de transformarmos a dívida supra mencionada num novo empréstimo, que o INH nos fará de igual montante, ou seja, não chegaremos a receber qualquer verba. Ressalto ainda que iremos pagar ao aludido Instituto ao longo de 20 anos, com uma taxa de juro baixíssima, que bate quaisquer outras condições concorrenciais.*

No que toca ao património, as 54 casas continuarão na posse da autarquia”.

Seguiu-se um apontamento do Sr. **Francisco Chalaça**, nos termos que se passam a relatar: *“Esta alocação do Sr. Presidente da Câmara veio confirmar a nossa interpretação acerca do processo, pelo que estamos em condições de votar favoravelmente.*

A questão que o Sr. P. Rita levantou não tem razão de ser, uma vez que para validar a operação será preciso o visto do Tribunal de Contas e se tal acontecer, significará que o negócio é legal”.

O Sr. Presidente voltou a dar a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que acrescentou: *“Propõe-se a contracção dum empréstimo a quem? Essa resposta não está dada na certidão. Que encargos é que a edilidade vai ter neste processo e durante quanto tempo? Tal também não está aqui escrito. É uma obrigação estrita da Administração Municipal trazer à Assembleia toda a informação, porque se tratam de compromissos da mesma que têm que obedecer a regras”.*

Face ao desenrolar dos acontecimentos, o Sr. **Presidente** argumentou: *“Eu acho que a certidão que nos foi apresentada é omissa nos detalhes, mas não julgo que o seja relativamente às obrigações que competem à Assembleia. Se o que está escrito no Regimento for a transcrição da Lei, não me parece que estejamos impedidos de tomar uma deliberação. E porquê? Porque diz no Regimento, no n.º 7 do art.º 8º, que «Os pedidos de autorização para a contracção de empréstimos a apresentar pela Câmara Municipal serão obrigatoriamente acompanhados de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, 3 instituições de crédito.....» e como não se trata de uma instituição de crédito, penso que nada nos impede de votar e caso o façamos, se ainda subsistirem dúvidas, poder-se-á convocar, de imediato, uma sessão extraordinária para ratificar esta decisão”.*

Logo após, o Sr. **Presidente da autarquia** regressou à utilização da palavra, asseverando: *“Eu penso que o Despacho já aqui falado ajuda a esclarecer algumas insuficiências da certidão, no qual se pode ler que «Ficam os municípios portugueses autorizados a recorrer ao crédito de financiamento de programas de habitação social, para renovação de áreas urbanas degradadas, ou para reabilitação de equipamentos destruídos por incêndios noutras condições», aplicando-se à CME o*



parágrafo que vou ler: «Empréstimos contraídos junto do INH, ou de instituições de crédito, que com ele tenham celebrado protocolos legais, para financiamento de programas de habitação social, ao abrigo do regime estabelecido nos Decretos-lei n.os 135/2004, de 3 de Junho, e 163/1993, de 7 de Maio». Portanto, a edilidade eborense está perfeitamente abrangida por esta alínea do Despacho n.º 22.262/2006, sendo que o empréstimo se destina exclusivamente a liquidar o débito ao próprio INH, não passando, no fundo, de uma operação contabilística. Já solicitei ao Sr. Director da DGA que me procurasse a documentação de suporte do processo, onde constam as condições do empréstimo, e se se fizer uma pausa talvez ainda seja possível clarificar mais esta questão”.

Tendo em conta o que o Sr. José Ernesto acabara de dizer, o Sr. Presidente propôs que se suspendesse este ponto até o Sr. Director Financeiro da CME chegar com a nova documentação, prosseguindo-se com a ordem de trabalhos e depois logo se voltaria ao mesmo.

Entretanto, o Sr. **Palma Rita** disse e interrogou ainda: “*Eu não pus em causa a legalidade do acto. Eu apenas perguntei uma coisa que o Sr. Presidente da Câmara ainda não respondeu, que foi: a autarquia vai contrair um crédito por 20 anos para a aquisição de 54 fogos, que vão ser de quem? É a Habévora, ou não, detentora de todo o património habitacional do município? Diz, ou não, nos estatutos da referida instituição que ela pode adquirir e vender prédios urbanos ou lotes para construção? Então, porque é que não é a Habévora a pagar o empréstimo e a comprar as casas? Ou é a CME que vai ser detentora dos prédios e vai vendê-los a seguir? Não é isso que diz na proposta”.*

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu: “*Não está em causa de quem são as habitações, na medida em que este crédito não visa vendê-las à Habévora, porque uma parte das ditas já lhe pertencem e a outra parte à Câmara”.*

Em virtude de o Sr. Director da DGA ter chegado com a documentação atrás descrita, motivou o Sr. **Presidente do município** a elucidar posteriormente: “*A taxa de juro será indexada à Euribor, terá um «spread» de 0,45% e a sua bonificação atingirá os 60%, sendo o prazo do empréstimo de 25 anos e não 20. As prestações serão semestrais. O destino é pagar ao INH aquilo que a CME tem em dívida, podendo-se considerar uma operação de tesouraria”.*

Posto isto, o Sr. **Presidente** recordou que lhe competia pôr o assunto à votação, tendo constatado, após consulta do Regimento, que havia condições para tal, embora necessitasse de confirmar o mesmo na Lei.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. **Celino Silva**, que realçou que, na certidão, se propunha a contracção dum empréstimo sem se identificar a entidade contratante.

Então, o Sr. **Presidente** lembrou que o Regimento não obrigava a isso e que o Sr. Presidente da Câmara se dispusera a fornecer mais informação por escrito, tendo sugerido, posteriormente, que se tirassem fotocópias das condições do crédito, a fim de serem distribuídas por todas as bancadas, devendo-se suspender este ponto, avançar para os seguintes e voltar-se de novo ao 4º ponto, para deliberação, após análise dos documentos em causa.

Com tal procedimento, o Sr. **Celino Silva** reconheceu que a questão ficava salvaguardada, só que fez ver que havia o pormenor da compra dos fogos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Face ao exposto, o Sr. **Presidente** fez notar que a contracção do empréstimo era para liquidar as casas que já tinham sido compradas, tendo depois avançado para a votação da sua proposta anterior, registando-se uma aprovação por unanimidade.

PONTO 5 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CME PARA ALTERAÇÃO AO ART.º 25º, SECÇÃO V-A, DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES (RMAL)

O Sr. **Presidente da edilidade** explicou que se propunha que a fórmula de cálculo do preço de cedência de terrenos, estipulada pelo art.º 25º, Secção V-A, do RMAL, se aplicasse a «associações que promovam fins culturais, desportivos, recreativos e sociais, de apoio à infância e terceira idade, e juntas de freguesia, para construção de edifícios próprios».

Como ninguém demonstrou interesse em debater o 5º ponto da ordem de trabalhos, o Sr. **Presidente** colocou-o à votação, que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 6 – DELIBERAÇÃO SOBRE UMA RECTIFICAÇÃO À LISTA DE AO CARGO DE JUIZ SOCIAL, PROPOSTA PELA CME

O Sr. **Presidente** lembrou que na pretérita reunião o Sr. Eduardo Luciano levantara a questão da não legalidade de uma pessoa que residia fora do concelho de Évora (Alandroal), cuja objecção veio a ser confirmada pelo Gabinete Jurídico da CME, tendo esta, entretanto, proposto a munícipe **Vera Cristina Cangalinho Berrucho** para substituir a cidadã Mafalda Guimarães Rosa.

Como na certidão constava o nome de Vera Mafalda Guimarães Rosa, o Sr. **Eduardo Luciano** chamou à atenção para o erro, uma vez que Vera estava a mais.

O Sr. **Presidente** aceitou o reparo e fez saber que se iria votar considerando o nome correcto, devendo a Câmara proceder à respectiva correcção.

Em virtude de mais ninguém se ter inscrito para falar, o Sr. **Presidente** pôs à votação o 6º ponto da agenda, o qual foi aprovado por unanimidade.

PONTO 7 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA MESA DA AME RELATIVA DELEGAÇÃO NA MESA DE COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REFERENTES À POSSE DE MEMBROS DE ÓRGÃOS CONSULTIVOS MUNICIPAIS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

O Sr. **Presidente** esclareceu que se tratava de conferir poderes à Mesa para dar posse a Membros de Órgãos Consultivos Municipais que faltem ao acto de posse oficial, que acontece perante a Assembleia.

Dado que ninguém pretendeu abordar esta matéria, o Sr. Presidente colocou o 7º ponto da ordem do dia à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO DO PONTO 4

O Sr. **Presidente** alvitrou, com base no art.º 34º do Regimento, que se adicionasse uma grelha de 15 minutos à que fora inicialmente implementada, a distribuir por todos de forma proporcional, juntando o tempo que não estava utilizado.

Em virtude de ninguém se ter manifestado contra a proposta apresentada, o Sr. **Presidente** pô-lo à votação, que foi aprovada por unanimidade.

A seguir, e já na posse da Lei n.º 169/99, transmitiu que o que figurava na mesma era exactamente o que estava transcrito no Regimento.

De imediato, o Sr. Presidente facultou a utilização da palavra ao Sr. **Francisco Chalaça**, que referiu que se dantes a bancada do PS já concordava com a proposta, agora, com a observação dos novos documentos, mais isso se justificava, pelo que a mesma iria votar a favor.

Por sua vez, o Sr. **Jorge Lourido** manifestou que com a leitura que fizera às condições de crédito se lhe tinham dissipado as dúvidas, não deixando, porém, de divulgar que a CDU se iria abster.

Não se registando mais pedidos para intervenção, o Sr. **Presidente** pôs o 4º ponto da ordem de trabalhos à votação, que foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor (do PS), quatro votos contra (três do PSD e um da CDU) e nove abstenções (da CDU).

APROVAÇÃO EM MINUTA

O colectivo aprovou, em minuta e por unanimidade, os pontos **3, 4, 5, 6 e 7** da ordem do dia desta reunião, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Dado que ninguém da assistência demonstrou vontade em falar e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão pelas duas horas e quarenta e dois minutos do dia seguinte, da qual e para constar se lavrou esta acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1ª Secretária – Maria Helena dos Santos Costa

2º Secretário - Agostinho Manuel Asper Banha

(Acta aprovada na sessão de 23/02/07 por 24 votos a favor e 5 abstenções)